

**CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICAÇÃO NO JORNAL  
OFICIAL DA UNIÃO EUROPEIA 03/2023**

**AQUISIÇÃO DOS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E  
SEGURANÇA NO EDIFÍCIO DO MERCADO MUNICIPAL DE  
FARO**

**CADERNO DE ENCARGOS**

**2023**

## Capítulo I

### Disposições gerais

#### Cláusula 1.<sup>a</sup> – Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no Contrato a celebrar, na sequência do procedimento pré-contratual de Concurso Público com publicação no Jornal Oficial da União Europeia, o qual tem por objeto principal a “**Aquisição dos serviços de vigilância e segurança no edifício do Mercado Municipal de Faro**”, de acordo com as características técnicas discriminadas no presente Caderno de Encargos.

#### Cláusula 2.<sup>a</sup> – Contrato

1. O Contrato a celebrar é composto pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos.
2. O Contrato a celebrar integrará ainda os seguintes elementos previstos no artigo 96.º do CCP, designadamente:
  - a) Os suprimimentos dos erros e omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
  - c) O presente Caderno de Encargos;
  - d) A proposta adjudicada;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pela Entidade Adjudicatária.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do Contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo Adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

#### Cláusula 3.<sup>a</sup> – Prazo

1. O Contrato terá a duração e manter-se-á em vigor por um período de **12 (doze) meses** renovável por iguais períodos até um máximo de **36 (trinta e seis) meses**, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do Contrato.
2. A renovação de cada período de 12 (doze) meses ocorrerá de forma automática, não obstante a possibilidade de qualquer uma das partes impedir a renovação do Contrato ao fim dos períodos de cada renovação mediante aviso prévio com antecedência mínima

de 60 (sessenta) dias sobre o vencimento anual do mesmo, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do Contrato e em conformidade com os respetivos termos e condições, nos termos da lei.

#### **Cláusula 4.<sup>a</sup> – Local da prestação dos Serviços**

A prestação dos Serviços inerentes ao objeto do Contrato devem ser efetuados no Edifício do Mercado Municipal de Faro, Largo Dr. Francisco Sá Carneiro, 8000-151 Faro.

#### **Cláusula 5.<sup>a</sup> – Preço base**

O preço base do presente procedimento é de **245.196,00€ (duzentos e quarenta e cinco mil cento e noventa e seis euros)** para o conjunto dos 36 (trinta e seis) meses, com um valor máximo de **81.732,00€ (oitenta e um mil setecentos e trinta e dois euros)** por cada período de 12 (doze) meses, acrescido de IVA à taxa legal aplicável, correspondendo ao preço máximo que a Entidade Adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações do presente contrato.

### **Capítulo II**

#### **Obrigações contratuais**

##### **Secção I**

#### **Obrigações da Entidade Adjudicatária**

##### **Cláusula 6.<sup>a</sup> – Obrigações Principais da Entidade Adjudicatária**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do Contrato decorrem para a Entidade Adjudicatária as seguintes obrigações principais:
  - a) Prestar os Serviços objeto do Contrato a celebrar nos termos, condições, especificações técnicas e prazos previstos na lei, no presente Caderno de Encargos e demais documentos contratuais;
  - b) Executar as prestações objeto do Contrato a celebrar de acordo com aqueles que sejam, em cada momento, os procedimentos e técnicas mais atuais, completos e funcionais, com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência;
  - c) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições de prestação dos Serviços, assim como conferir todos os esclarecimentos que se demonstrem necessários;
  - d) Providenciar e afetar à execução do Contrato, todos os meios humanos, materiais e informáticos necessários e adequados à execução dos trabalhos a realizar no âmbito da prestação dos Serviços objeto do presente Contrato, incluindo, nomeadamente

peçoal dotado das categorias profissionais adequadas, licenças e outros documentos legalmente exigidos, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

- e) Proceder com a diligência necessária, nomeadamente no que respeita à recolha da informação prévia indispensável, à planificação das circunstâncias de modo, tempo e lugar, à ordenação dos meios e, em geral, à antecipação das situações relevantes para a execução dos Serviços, de modo a salvaguardar que a mesma é feita nos termos contratados e nos termos legais, sem suspensões ou falhas que pudessem ter sido previstas;
- f) Assumir os riscos inerentes ou relacionados com a prestação dos Serviços;
- g) Cumprir todas as obrigações para com o pessoal afeto à execução da prestação de Serviços, designadamente, contratar e manter em vigor um seguro de acidentes de trabalho e de responsabilidade civil para todo o seu pessoal interveniente na execução do Contrato a celebrar, destinado a cobrir os danos patrimoniais e não patrimoniais decorrentes da sua atividade, causados a terceiros por ações e/ou omissões suas, dos seus representantes ou das pessoas ao seu serviço, pelas quais possam ser civilmente responsabilizados, bem como todos os demais seguros legalmente exigíveis para as atividades a desenvolver no respetivo âmbito.
- h) Não alterar as condições da prestação de Serviços fora dos casos expressamente previstos no presente Caderno de Encargos;
- i) Observar e garantir o sigilo quanto à informação a que o pessoal envolvido nos trabalhos venha a ter acesso;
- j) É da responsabilidade da Entidade Adjudicatária providenciar todo o equipamento de proteção individual (EPIs) para o respetivo pessoal, de acordo com o disposto na lei;
- k) A responsabilidade de todos os trabalhos incluídos no Contrato, seja qual for o agente executor, será sempre da Entidade Adjudicatária e só dele, não reconhecendo a Entidade Adjudicante a existência de quaisquer outros que trabalhem por conta ou por acordo com a Entidade Adjudicatária;
- l) Designar quem o represente, perante a Entidade Adjudicante, para efeitos de gestão e acompanhamento da execução do Contrato a celebrar, e comunicar à Entidade Adjudicante, com antecedência, a sua eventual substituição;
- m) Comunicar à Entidade Adjudicante, de imediato e por escrito, qualquer circunstância que possa condicionar ou influir na regular execução das prestações objeto do Contrato a celebrar e, em particular, qualquer alteração à sua situação jurídica ou comercial, bem como dos seus colaboradores afetos à prestação dos Serviços;

- n) Prestar, de forma correta, atempada e fidedigna, todos os esclarecimentos e informações que razoavelmente lhe sejam solicitados pela Entidade Adjudicante;
  - o) Em geral, prestar os Serviços de acordo com as melhores práticas e com elevada qualidade, eficiência, adequação e suficiência, atendendo ao fim a que se destinam, praticando todos os atos necessários ao bom cumprimento das obrigações para si emergentes do Contrato a celebrar.
2. A título acessório a Entidade Adjudicatária fica ainda obrigada a providenciar e afetar à execução do Contrato, todos os meios humanos, materiais e informáticos necessários e adequados à execução dos trabalhos a realizar no âmbito da prestação dos Serviços objeto do presente Contrato, incluindo, nomeadamente pessoal dotado das categorias profissionais adequadas, licenças e outros documentos legalmente exigidos, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

#### **Cláusula 7.<sup>a</sup> - Dever de Sigilo**

- 1. A Entidade Adjudicatária deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Entidade Adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação à execução do Contrato a celebrar.
- 2. A Entidade Adjudicatária obriga-se, ainda, a assegurar que os seus trabalhadores e outros colaboradores ou subcontratados aceitam, na íntegra e sem reservas, observar o dever de sigilo emergente do Contrato a celebrar, nos exatos termos e condições em que o mesmo obrigue a Entidade Adjudicatária.
- 3. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do Contrato.
- 4. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que seja comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pela Entidade Adjudicatária ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

#### **Cláusula 8.<sup>a</sup> – Prazo do dever de sigilo**

O dever de sigilo previsto na Cláusula anterior mantém-se em vigor após o integral cumprimento do Contrato ou da sua cessação, por qualquer causa, sem prejuízo do dever de cumprimento de outros deveres legais e contratuais aplicáveis, designadamente, relativos à proteção de segredos comerciais ou à proteção da credibilidade, prestígio e bom nome das pessoas individuais e coletivas.

### **Cláusula 9.<sup>a</sup> – Seguros**

1. A Entidade Adjudicatária deverá assegurar a cobertura do risco na execução das prestações objeto do Contrato a celebrar, através da contratação e manutenção em vigor de apólice de seguro adequada nos termos da Lei.
2. A Entidade Adjudicante pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos Contratos de seguro referidos no número anterior, devendo a Entidade Adjudicatária fornecê-la no prazo de 5 (cinco) dias.

### **Cláusula 10.<sup>a</sup> – Caução**

De acordo com o estipulado no n.º 2 do artigo 88.º do CCP não haverá lugar à prestação de caução no âmbito do Contrato a celebrar.

### **Cláusula 11.<sup>a</sup> – Direitos de propriedade intelectual ou industrial**

1. Correm inteiramente por conta da Entidade Adjudicatária os encargos e responsabilidades decorrentes da utilização, na prestação dos Serviços objeto do Contrato a celebrar, de quaisquer elementos protegidos por um direito de propriedade intelectual.
2. Caso a Entidade Adjudicante venha a ser demandada ou a incorrer em responsabilidade, perante terceiros, com causa na infração de qualquer direito de propriedade intelectual no âmbito da execução do Contrato a celebrar, a Entidade Adjudicatária obriga-se a indemnizar a Entidade Adjudicante por todas as despesas que, em consequência, esta haja de fazer e por todas e quaisquer quantias que tenha de pagar, seja a que título for.

## **Secção II**

### **Obrigações da Entidade Adjudicante**

#### **Cláusula 12.<sup>a</sup> – Preço contratual**

3. Pela prestação dos Serviços objeto do Contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Entidade Adjudicante obriga-se a pagar à Entidade Adjudicatária o preço constante da proposta adjudicada, acrescidos de IVA eventualmente devido, à taxa legal em vigor.
4. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas, diretos ou indiretos, relacionados com a prestação de Serviços e com a execução de todas as obrigações e prestações emergentes do Contrato a celebrar e todas as obrigações secundárias e acessórias, designadamente, as respeitantes a alojamento, alimentação e deslocações, a custos administrativos, seguros, taxas, autorizações e licenças, a emolumentos e registos, a cauções, a coimas e multas e a quaisquer outros não expressamente excluídos do preço ou que não sejam autonomamente imputados à Entidade Adjudicante, nos termos do presente Caderno de Encargos, os quais serão da inteira responsabilidade e diretamente suportados pela Entidade Adjudicatária.

5. O preço estipulado nos termos da presente Cláusula será devido, e como tal faturado pela Entidade Adjudicatária, na estrita medida dos Serviços concretamente efetuados, não sendo devidas quaisquer quantias por Serviços não solicitados ou não prestados, sem que a Entidade Adjudicatária tenha direito a qualquer tipo de compensação por esse facto, seja a que título for.

#### **Cláusula 13.<sup>a</sup> – Condições de pagamento**

1. As quantias devidas pela Entidade Adjudicante, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas, por meio de cheque ou transferência bancária, no prazo de 60 (sessenta) dias após a receção e validação, pela mesma, das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Em caso de discordância por parte da Entidade Adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar à Entidades Adjudicatária, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando a Entidade Adjudicatária obrigada a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de uma nova fatura corrigida.
3. A Entidade Adjudicante poderá, no pagamento a efetuar à Entidade Adjudicatária, deduzir a importância correspondente às penalidades contratuais que, eventualmente, tenham sido aplicadas a este último.
4. No âmbito do Contrato a celebrar, não serão devidos, em caso algum, quaisquer adiantamentos por conta do preço.

### **Capítulo III**

#### **Alteração ao Contrato, penalidades contratuais e resolução**

##### **Cláusula 14.<sup>a</sup> – Alteração ao Contrato**

1. Qualquer alteração do Contrato deverá constar de documento escrito assinado por ambas as partes e produzirá efeitos a partir da data da respetiva assinatura.
2. A parte interessada na alteração deve comunicar, por escrito, à outra parte essa intenção, com uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data em que pretende ver introduzida a alteração.
3. O Contrato pode ser alterado por:
  - a) Acordo ente as partes, que não pode revestir forma menos solene que a do Contrato;
  - b) Decisão judicial ou arbitral;
  - c) Razões de interesse público.

4. A alteração do Contrato não pode conduzir à modificação de aspetos essenciais do mesmo, nem constituir uma forma de impedir, restringir ou falsear a concorrência.

#### **Cláusula 15.<sup>a</sup> – Penalidades contratuais**

1. O incumprimento do previsto no presente Contrato confere à Entidade Adjudicante o direito à aplicação de sanções pecuniárias à Entidade Adjudicatária, nos seguintes termos:

- i. Cumprimentos de horários:

Pelo incumprimento do estabelecido no número 18 da cláusula 27<sup>a</sup> é aplicada uma sanção fixa de 100,00€ (cem euros) por ocorrência, à qual acresce uma sanção adicional, calculada da seguinte forma:

$$\underline{S = h*HH*5}$$

Sendo,

S = Sanção (em Euros)

h = Número de horas ou fração em atraso

HH = valor hora/homem contratado em Euros

- ii. Substituição de pessoal:

Pelo incumprimento do estabelecido no número 11 e 12 da cláusula 27<sup>a</sup> e números 1 e 2 da cláusula 28.<sup>a</sup>, é aplicada uma sanção adicional, calculada da seguinte forma:

$$\underline{S = h*HH*3}$$

Sendo,

S = Sanção (em Euros)

h = Número de horas ou fração em atraso

HH = valor hora/homem contratado em Euros

2. Para efeitos de apuramento do número de horas ou frações, em atraso, referidas nos números anteriores, são compatibilizados períodos de 15 minutos, correspondendo cada fração até 15 minutos, inclusive, a 0,25 de 1 (uma) hora.
3. Por cada incumprimento relativo ao dever de sigilo ou relativo à Proteção de Dados, a Entidade Adjudicante poderá aplicar a sanção de 1% sobre o valor contratual por cada infração.
4. A Entidade Adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do Contrato com quaisquer quantias que se mostrem devidas pelo incumprimento.



5. As penalidades são aplicadas até ao limite de 20% (vinte por cento) do preço contratual.
6. Quando as penalidades aplicadas à Entidade Adjudicatária excederem o limite previsto no número anterior, pode a Entidade Adjudicante considerar o Contrato definitivamente incumprido, designadamente para efeitos de resolução da cláusula 17ª.
7. A Entidade Adjudicante pode compensar os pagamentos devidos do Contrato com as sanções pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
8. As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que Entidade Adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente.

#### **Cláusula 16.ª – Força maior**

1. Não serão aplicadas penalidades e não é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer uma das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do Contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagem, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
  - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados da Entidade Adjudicatária, na parte em que intervenham;
  - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades da Entidade Adjudicatária ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedade ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
  - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pela Entidade Adjudicatária de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
  - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pela Entidade Adjudicatária de normas legais;
  - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações da Entidade Adjudicatária cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos da Entidade Adjudicatária não devidas a sabotagem;

- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
- 4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
- 5. A força maior determina ao não cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

**Cláusula 17ª – Resolução por parte da Entidade Adjudicante**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, designadamente o artigo 333.º do CCP, a Entidade Adjudicante pode resolver o Contrato, a título sancionatório, no caso de a Entidade Adjudicatária violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que incumba à Entidade Adjudicatária, e, designadamente, no caso de se verificar qualquer uma das seguintes situações:
  - a) Apresentação à insolvência ou insolvência declarada pelo Tribunal;
  - b) Incumprimento das suas obrigações relativas aos pagamentos das contribuições à Administração Fiscal ou Segurança Social, nos termos das disposições legais aplicáveis;
  - c) Prestação de falsas declarações;
  - d) Incumprimento definitivo do Contrato por facto imputável à Entidade Adjudicatária;
  - e) Não apresentação dos relatórios a que alude o presente Caderno de Encargos;
  - f) Atrasos na execução do Serviço a que está obrigado e não aceitação, pela Entidade Adjudicante, dos fundamentos do atraso.
2. Para efeitos do disposto na alínea d) do número anterior considera-se haver incumprimento definitivo suscetível de aplicação da sanção de resolução de Contrato, quando, após notificação e concessão de prazo para cumprimento da obrigação em falta, a Entidade Adjudicatária, continue a incorrer em cumprimento.
3. Sem prejuízo da indemnização a que tiver direito, a Entidade Adjudicante reserva-se ao direito de rescindir o Contrato ou parte dele, sempre que a Entidade Adjudicatária não cumpra as suas obrigações no Mercado Municipal.
4. Em caso de resolução, as penalizações aplicadas não serão reembolsáveis.
5. O direito de resolução pode ser exercido mediante carta registada enviada à Entidade Adjudicatária e produz efeitos 30 (trinta) dias seguidos após a notificação.

#### **Cláusula 18.<sup>a</sup> – Resolução por parte da Entidade Adjudicatária**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a Entidade Adjudicatária pode resolver o Contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 120 (cento e vinte) dias ou o montante em dívida exceda 50% (cinquenta por cento) do preço contratual, excluindo juros.
2. O direito de resolução é exercido por via judicial.
3. Nos casos previstos no n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à Entidade Adjudicante, que produz efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
4. A resolução do Contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pela Entidade Adjudicatária, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do Contrato.

#### **Cláusula 19.<sup>a</sup> – Subcontratação e cessão da posição contratual**

A Entidade Adjudicatária não poderá subcontratar qualquer das prestações objeto do Contrato a celebrar, nem ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos ou obrigações emergentes do mesmo, sem a prévia autorização da Entidade Adjudicante, nos termos do disposto nos artigos 316.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos.

### **Capítulo IV**

#### **Disposições finais**

#### **Cláusula 20.<sup>a</sup> – Gestor do Contrato**

1. Nos termos do artigo 290.º-A, será designado um gestor do Contrato, com a função de acompanhamento permanentemente da execução do mesmo.
2. No âmbito do presente procedimento a Entidade Adjudicante designa como gestor do Contrato a Diretora-Geral, Dr.<sup>a</sup> Vanda Vicente.
3. Caso o gestor do Contrato detete desvios, defeitos ou anomalias na execução do Contrato, deverá comunicá-los de imediato ao órgão competente da Entidade Adjudicante, propondo, em relatório fundamentado, as medidas corretivas que se revelem necessárias.

#### **Cláusula 21.<sup>a</sup> – Comunicações e notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes, estas devem ser enviadas por carta registada e dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede de cada uma.

2. Qualquer alteração das informações de Contrato constantes do mesmo deve ser comunicada à outra parte.
3. Em caso de urgência as comunicações podem ser efetuadas por correio eletrónico com comprovativo de receção ou através de chamada telefónica, devendo, neste caso, ser a comunicação confirmada, no prazo máximo de 6 (seis) horas, mediante correio eletrónico com comprovativo de receção, considerando-se, não obstante, a notificação efetuada na data e hora da chamada telefónica.
4. As comunicações ou notificações por carta registada consideram-se recebidas na data como tal indicada pelo registo dos serviços postais.
5. As comunicações ou notificações por fax consideram-se recebidas na data do respetivo relatório de transmissão, e as comunicações por correio eletrónico na data constante da respetiva confirmação de receção.

#### **Cláusula 22.<sup>a</sup> – Contagem dos prazos**

Os prazos referidos no presente Caderno de Encargos, relativos aos procedimentos de formação do Contrato contam-se nos termos do disposto no artigo 87.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA) e não lhes é aplicável, em caso algum, o artigo 88.º do mesmo Código, de acordo com o n.º 1 do artigo 470.º do CCP.

#### **Cláusula 23.<sup>a</sup> – Utilização de dados pessoais**

1. Todos os dados pessoais recolhidos ou que a Entidade Adjudicante tenha acesso, são para uso exclusivo dos Serviços da Entidade Adjudicante.
2. Os dados pessoais solicitados ou a solicitar no âmbito do Contrato, são os exigidos nos termos da Lei Portuguesa no âmbito da contratação de despesa pública e execução do respetivo Contrato.
3. Os dados pessoais solicitados ou a solicitar, são os estritamente necessários para a formação do procedimento pré-contratual e execução do respetivo Contrato a celebrar.
4. Os dados pessoais são para uso dos Serviços da Entidade Adjudicante, que executem tarefas relacionadas com o procedimento contratual em causa.
5. Os dados pessoais a que a Entidade Adjudicante tenha acesso serão conservados pelo período fixado por Lei para os mesmos.
6. A Entidade Adjudicante, respeita as condições relativas à utilização de dados pessoais a que tenham acesso, nos termos do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção de pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à circulação desses dados para que o tratamento satisfaça os requisitos do regulamento e assegure a defesa dos direitos dos titulares dos dados.

#### **Cláusula 24.<sup>a</sup> – Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do Contrato fica estipulado a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé, com expressa renúncia a qualquer outro.

#### **Cláusula 25.<sup>a</sup> – Legislação aplicável**

Em tudo o que o presente Caderno de Encargos for omissivo, aplica-se as disposições constantes do Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual, do Código do Procedimento Administrativo e demais legislação portuguesa aplicável.

### **Capítulo V**

#### **Cláusulas técnicas**

#### **Cláusula 26.<sup>a</sup> – Objeto do Contrato**

O presente procedimento tem como objeto a contratação de serviços de vigilância e segurança humana, para um posto de segurança privada (24 horas), com funções de vigilância e supervisão, no edifício do Mercado Municipal de Faro.

#### **Cláusula 27.<sup>a</sup> – Prestação do Serviço**

1. A Entidade Adjudicatária será responsável pelo cumprimento das normas e procedimentos de segurança dos utentes, comerciantes, funcionários, instalações, do mobiliário e do equipamento comum, bem como de quaisquer outros bens nela existentes que expressamente lhe tenham sido confiados e, ainda, pela ordem pública no interior do edifício do Mercado Municipal (todos os pisos) e no exterior nos espaços concessionados pela Entidade Adjudicante, durante o seu período de funcionamento;
2. A Entidade Adjudicatária e os vigilantes por si indicados deverão atuar com zelo, diligência e boa conduta, designadamente no desempenho das seguintes funções:
  - a) A aplicação, organização e supervisão das medidas preventivas relativas a incêndios, sabotagem, vandalismo, roubo, inundações e quaisquer outros perigos ou danos;
  - b) A supervisão, organização e coordenação da intervenção de 1º nível em caso de situações anómalas, acidente ou quaisquer outros tipos de emergência, de acordo com as normas em vigor;
  - c) O controlo e a operação permanente do sistema de vídeo vigilância do edifício, de deteção de intrusão, de deteção de incêndios, dos equipamentos de combate a incêndios e outros, no âmbito da segurança ativa e passiva;
  - d) A supervisão, organização e coordenação, em parceria com a administração da Entidade Adjudicante, da atuação dos fiscais do Mercado, com vista a assegurar a permanência das respetivas rondas em todas as áreas das instalações e dos espaços exteriores envolventes;

- e) A supervisão, organização e coordenação, em parceria com a Administração da Entidade Adjudicante, com vista a assegurar a verificação de portas e janelas, de modo a garantir a segurança das instalações;
  - f) A inspeção frequente dos locais mais propícios à dissimulação de pessoas;
  - g) A guarda e o controlo de chaves.
3. O pessoal vigilante deverá apresentar-se no local de trabalho e durante as horas de execução de serviço, devidamente uniformizado, com cartão profissional, emitido pela entidade competente, aposto visualmente, com reconhecida idoneidade moral, aptidão física e adequada formação profissional, à execução de tarefas inerentes à segurança e vigilância.
  4. A Entidade Adjudicatária deverá entregar diariamente relatórios de ocorrência e de ronda, à Entidade Adjudicante.
  5. O pessoal vigilante deverá estar munido de emissor/recetor que possibilite o contacto direto com a Central Operacional da Entidade Adjudicatária, durante o período da prestação do Serviço.
  6. Os instrumentos de controlo da execução do serviço, como relógios de ronda/controlo de ronda, chaves, selos, lanternas, emissores/recetores, e outros, são propriedade da Entidade Adjudicatária.
  7. Os encargos com o pessoal vigilante como salários, encargos sociais, subsídios, seguros, formação, treinos, uniformes e outros abonos ou encargos, serão suportados pela Entidade Adjudicatária.
  8. O pessoal vigilante é dirigido e fiscalizado pela Entidade Adjudicatária, pelo que, ordens de serviço, alterações de horário contratual, normas de serviços e reclamações, deverão ser transmitidas diretamente pela Entidade Adjudicante à Entidade Adjudicatária.
  9. A Entidade Adjudicatária fica obrigada a proceder às necessárias correções, verificada que esteja a não conformidade do Serviço com o contratado, desde que reclamadas pela Entidade Adjudicante.
  10. Em função das solicitações apresentadas pela Entidade Adjudicante, a Entidade Adjudicatária terá que adaptar e ajustar as estratégias de trabalho.
  11. O pessoal vigilante da Entidade Adjudicatária não é considerado como permanentemente afeto ao mesmo local de trabalho, podendo a Entidade Adjudicatária proceder à sua substituição, sempre que se torne necessário, por razões de serviço, de inadequação das

funções a exercer, durante as férias, em caso de faltas ou licenças, ou outras, devendo, no entanto, comunicar essas alterações à Entidade Adjudicante, com a maior antecedência possível.

12. Os vigilantes não podem abandonar um posto de vigilância no final do turno sem terem sido devidamente substituídos.
13. A Entidade Adjudicatária deverá designar um chefe de grupo, de trato urbano e capaz de gerir quaisquer conflitos nas equipas de trabalho, responsável comum das equipas de segurança que operam nas áreas de utilização comum do edifício do Mercado Municipal, o qual deverá zelar pelo cumprimento do contrato e pela disciplina e compostura de todo o pessoal. No caso de existir alguma alteração relativamente ao chefe de grupo, a mesma deve ser comunicada à Entidade Adjudicante.
14. A Entidade Adjudicatária tem de tomar as devidas providências, no sentido de os seus trabalhadores tratarem com urbanidade o Mercado Municipal de Faro, seus utentes e funcionários.
15. A Entidade Adjudicatária e os seus vigilantes e funcionários deverão, no manuseamento do material e equipamento propriedade da Entidade Adjudicante, atuar de forma cuidadosa com os respetivos manuais de instruções e com a formação especializada correspondente e procurando sempre evitar a realização de despesas desnecessárias e desproporcionais, com vista a uma melhor otimização dos recursos colocados ao seu dispor.
16. Sem prejuízo do disposto no artigo 15º, a Entidade Adjudicatária responderá, nos termos gerais, civil e criminalmente por quaisquer ocorrências, verificadas no local objeto da presente prestação de Serviços, em consequência das quais resultem quaisquer danos materiais ou pessoais decorrentes da atividade.
17. A Entidade Adjudicatária deverá possuir e manter válido um seguro de acidentes de trabalho do pessoal a afetar à presente prestação de Serviços e um seguro de responsabilidade civil destinado a cobrir danos patrimoniais e não patrimoniais decorrente da sua atividade, causados a terceiros por ações e/ou emissões, dos seus representantes ou das pessoas ao serviço, pelas quais possam ser civilmente responsabilizados.
18. Os Serviços de vigilância deverão ser prestados nos horários que a seguir se anunciam:
  - a) **1 posto - 24 horas por dia, todos os dias do ano.**
19. A Entidade Adjudicatária fica obrigada a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do Serviço, bem como ao



estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo, designadamente coordenando e supervisionando, em parceria com a Administração da Entidade Adjudicante, a atuação dos fiscais do Mercado Municipal de Faro.

20. A Entidade Adjudicatária fica ainda obrigada a cumprir as indicações das Instruções de Trabalho, que serão fornecidas com a assinatura do Contrato.
21. A Entidade Adjudicatária deve trabalhar em colaboração com a Entidade Adjudicante através do sistema de gestão de edifícios e equipamentos utilizado pela Entidade Adjudicante.

#### **Cláusula 28.<sup>a</sup> – Substituição do Pessoal**

1. A Entidade Adjudicatária deve ter de prevenção e disponíveis outros vigilantes que possam substituir os vigilantes habitualmente escalados para o posto de vigilância, por motivo de falta ou ausência destes, desde que tal ausência ou falta seja superior a 1 hora.
2. A Entidade Adjudicatária deve informar e identificar previamente, com antecedência mínima de 48 horas, os representantes da Entidade Adjudicante, de qualquer substituição de vigilantes que pretende efetuar, devendo os mesmos cumprir com as obrigações referidas na cláusula 27.<sup>a</sup> e possuir os requisitos habilitacionais exigidos por lei.
3. Os novos elementos devem ser previamente informados sobre as particularidades do serviço que vão efetuar, sempre que possível, ser colocados no posto de vigilância, junto com os vigilantes a substituir, pelo menos durante dois dias.
4. Mediante pedido fundamentado da Entidade Adjudicante, a Entidade Adjudicatária obriga-se a substituir qualquer elemento do seu pessoal.

#### **Cláusula 29.<sup>a</sup> - Forma da prestação do serviço**

1. Para o acompanhamento da execução do Contrato, a Entidade Adjudicatária fica obrigada a manter com a periodicidade mensal, reuniões de coordenação com os representantes da Entidade Adjudicante, das quais deve ser lavrada um ata a assinar por todos os intervenientes na reunião.
2. As reuniões previstas no número anterior devem ser alvo de uma convocação escrita, por parte da Entidade Adjudicatária, a qual deve elaborar a agenda prévia para cada reunião.



3. Sempre que solicitado pela Entidade Adjudicante, deverá ocorrer uma reunião extraordinária, com a presença do coordenador da equipa, desde que convocada com 5 (cinco) dias de antecedência, salvo por motivo de força maior, devidamente reconhecido.
4. A Entidade Adjudicatária fica também obrigada a apresentar à Entidade Adjudicante, com uma periodicidade trimestral, um relatório com a evolução de todas as operações objeto dos serviços e com o cumprimento de todas as obrigações emergentes do contrato.
5. Sempre que ocorram anomalias verificadas durante as rondas, a Entidade Adjudicatária obriga-se a apresentar aos representantes da Entidade Adjudicante, se possível no próprio dia ou no dia seguinte à data da ocorrência, um relatório com a descrição pormenorizada das irregularidades.
6. Todos os relatórios, registos, comunicações, atas e demais documentos elaborados pela Entidade Adjudicatária devem ser integralmente redigidos em português.

#### **Cláusula 30.<sup>a</sup> - Acompanhamento da execução do contrato**

1. A Entidade Adjudicatária obriga-se a nomear um interlocutor, que terá as seguintes obrigações:
  - a) Prestar todas as informações que lhe sejam solicitadas pela Entidade Adjudicante, no âmbito da execução do Contrato;
  - b) Representar a Entidade Adjudicatária em todas as reuniões de acompanhamento do Contrato para as quais seja convocada pela Entidade Adjudicante.
2. Sempre que haja necessidade de substituir a pessoa do interlocutor ou em caso de impedimento prolongado deste, deverá ser substituído por outro, com competências equivalentes.
3. A Entidade Adjudicatária comunicará previamente à Entidade Adjudicante, caso se verifique o previsto no número anterior.
4. Todas as comunicações verbais e escritas entre o interlocutor da Entidade Adjudicatária e a Entidade Adjudicante devem ser integralmente em português.

#### **Cláusula 31º - Legislação laboral**

1. A Entidade Adjudicatária deverá respeitar toda a legislação em vigor, na parte que lhe for aplicável, devendo nomeadamente observar as prescrições legais sobre sanidade, salários mínimos, horário de trabalho, segurança e responsabilidade por acidentes de

trabalho, sendo o único responsável por quaisquer determinações ou sanções que lhe sejam impostas por entidades oficiais.

2. No cumprimento do estabelecido no número anterior, a Entidade Adjudicatária obriga-se a afixar no local de trabalho os mapas de horário de trabalho.
3. A Entidade Adjudicatária obriga-se ainda a enviar à Entidade Adjudicante, periodicamente, a comprovação das folhas de remunerações entregues na Segurança Social, onde constem todos os trabalhadores envolvidos, bem como o pagamento das respetivas contribuições para aquele organismo.
4. A comprovação a que se refere o número anterior, inicia-se com a entrega à Entidade Adjudicante, da fotocópia da 1ª folha de remuneração, após início da prestação do Serviço onde constem todos os trabalhadores que executam as funções e tarefas contratadas, a sua identificação e número de beneficiário do Regime de Segurança Social, e repetir-se-á com a periodicidade trimestral.

#### **Cláusula 32.ª – Visita ao local da prestação dos Serviços**

Durante o primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, podem os interessados solicitar visita ao local da prestação dos Serviços, através de aviso criado na plataforma eletrónica de contratação pública AcinGov, acessível através do endereço [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt), cuja data e hora será definida pela Entidade Adjudicante, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência.